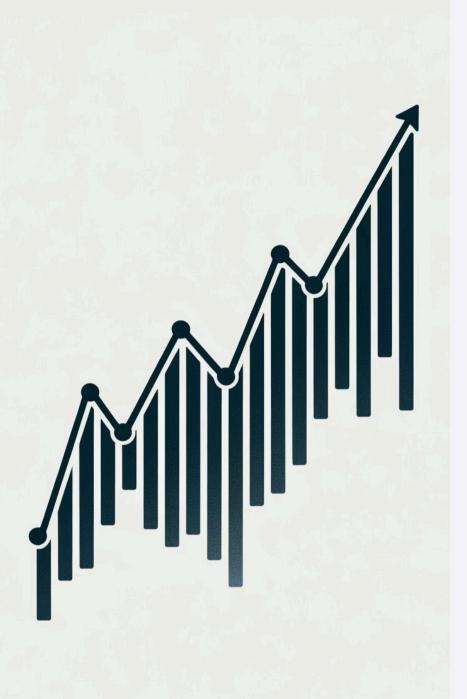


Análise Comparativa das Destinações Orçamentárias no Estado do Piauí (2008-2025)

Esta apresentação analisa os dados orçamentários do Estado do Piauí entre 2008 e 2025, focando nas alocações para o Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. Identificamos padrões, tendências e disparidades na distribuição de recursos ao longo de 18 anos.

Fonte: LOAs do Estado do Piauí de 2008 a 2025.



Evolução dos Orçamentos (2008-2025)

473%

Poder Judiciário

Crescimento de R\$ 193,01 milhões (2008) para R\$ 1.105,66 milhões (2025)

287%

Assembleia Legislativa

Crescimento de R\$ 133,90 milhões (2008) para R\$ 517,99 milhões (2025)

433%

Ministério Público

Crescimento de R\$ 60,91 milhões (2008) para R\$ 324,66 milhões (2025)



Crescimento Orçamentário Adicional

396%

Tribunal de Contas

Crescimento de R\$ 38,42 milhões (2008) para R\$ 190,75 milhões (2025)

970%

Defensoria Pública

Crescimento de R\$ 12,11 milhões (2008) para R\$ 129,54 milhões (2025)

A Defensoria Pública apresentou o maior crescimento percentual entre todos os órgãos analisados, refletindo um esforço de fortalecimento institucional, embora tenha partido de uma base orçamentária muito menor que os demais órgãos.

Padrões de Proporção Orçamentária





Disparidades no Sistema de Justiça

2008

Judiciário 15,9 vezes maior que a Defensoria (Defensoria recebeu 6,3% do valor do Judiciário)

2015

Judiciário 7,1 vezes maior que a Defensoria (Defensoria recebeu 6,2% do valor do Judiciário)

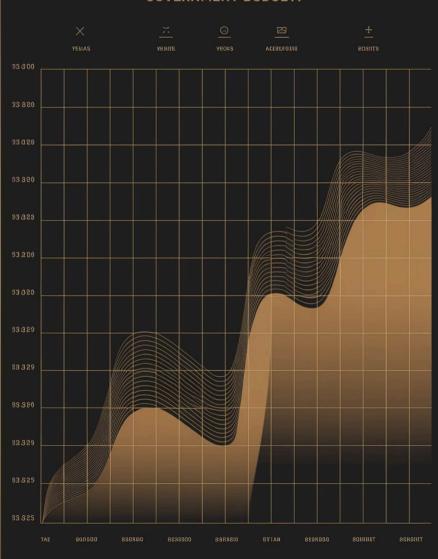
2020

Judiciário 7,4 vezes maior que a Defensoria (Defensoria recebeu 13,8% do valor do Judiciário)

2025

Judiciário 8,5 vezes maior que a Defensoria (Defensoria recebeu 11,7% do valor do Judiciário)

BRAZILIAN GOVERNMENT BUDGET.



Pontos Notáveis na Evolução Histórica



Crescimento Acelerado da Defensoria



Consistência na Hierarquia

Maior crescimento
percentual entre todos os
órgãos (970%), indicando
um esforço de
fortalecimento institucional,
embora tenha partido de
uma base menor.

A ordem de alocação de recursos manteve-se inalterada ao longo de todo o período, com o Poder Judiciário sempre recebendo a maior fatia.



Período de Maior Crescimento

Entre 2018 e 2022, observou-se uma aceleração no crescimento orçamentário da Defensoria Pública, refletindo políticas de fortalecimento do acesso à justiça.

Proporção do Orçamento Total do Estado

Poder Judiciário

Aproximadamente 5-6% do orçamento total do Estado

Defensoria Pública

Aproximadamente 0,3-0,8% do orçamento total do Estado



Assembleia Legislativa

Aproximadamente 3-4% do orçamento total do Estado

Ministério Público

Aproximadamente 1,4-1,9% do orçamento total do Estado

Tribunal de Contas

Aproximadamente 0,8-1,1% do orçamento total do Estado



20



Conclusões Principais

Padrão Histórico Consistente

Existe um padrão histórico de distribuição orçamentária que favorece o Poder Judiciário e a Assembleia Legislativa, que juntos recebem aproximadamente 70% dos recursos destinados aos cinco órgãos analisados.

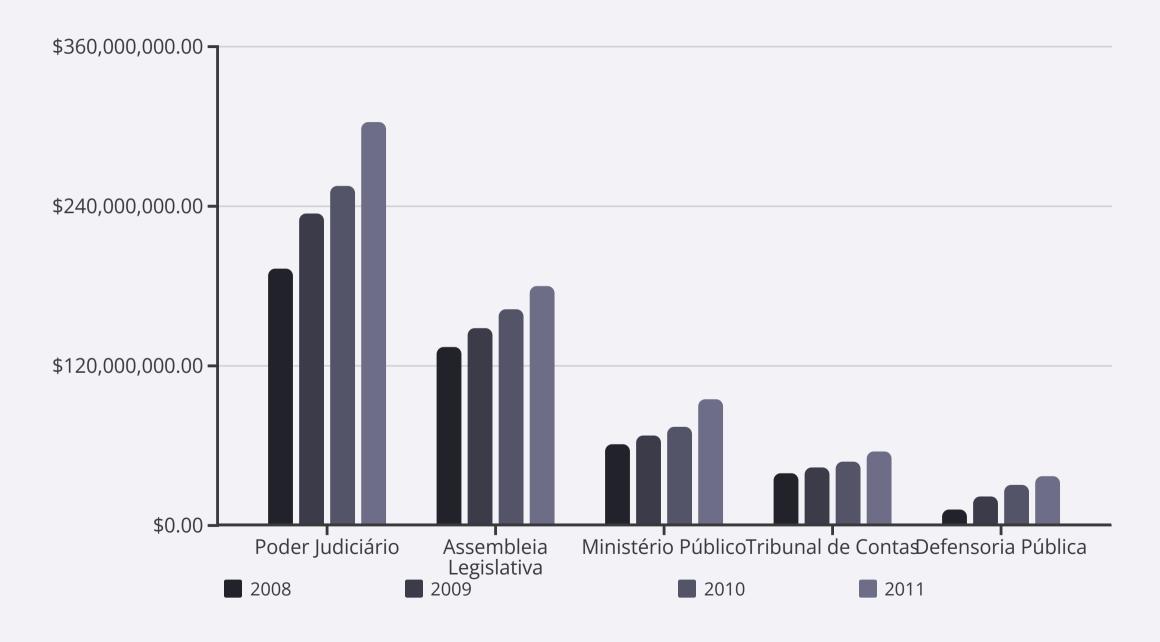
Subfinanciamento da Defensoria

A Defensoria Pública, apesar do expressivo crescimento percentual, continua significativamente subfinanciada em comparação aos outros órgãos do sistema de justiça.

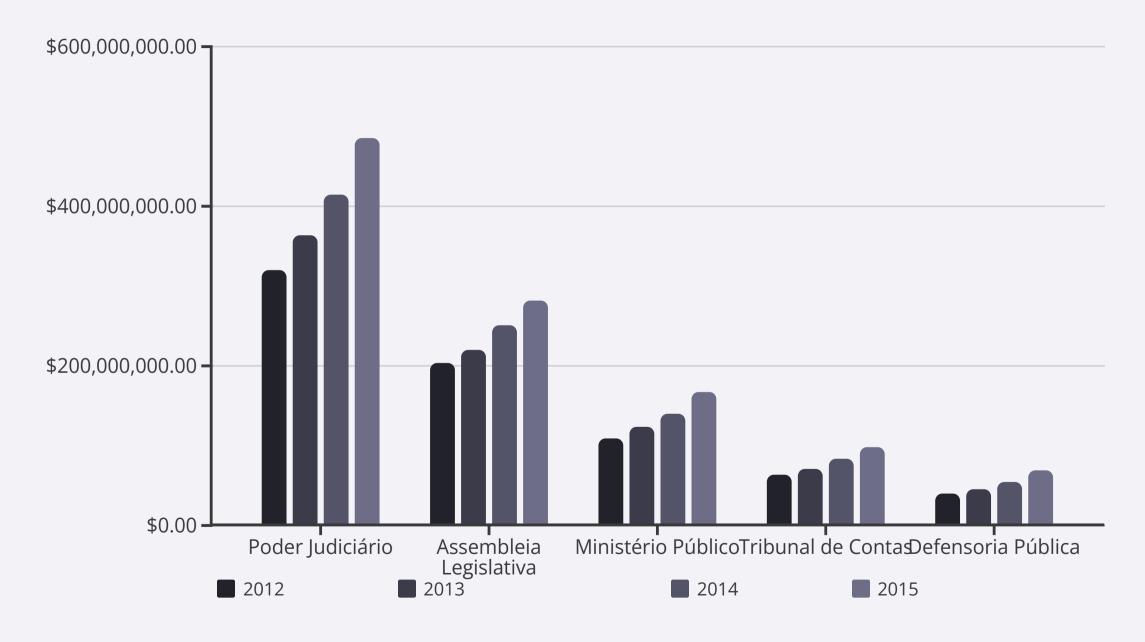
Redução Gradual das Disparidades

Ao longo dos anos, observa-se uma tendência gradual de redução das disparidades, com a Defensoria Pública ganhando proporcionalmente mais recursos.

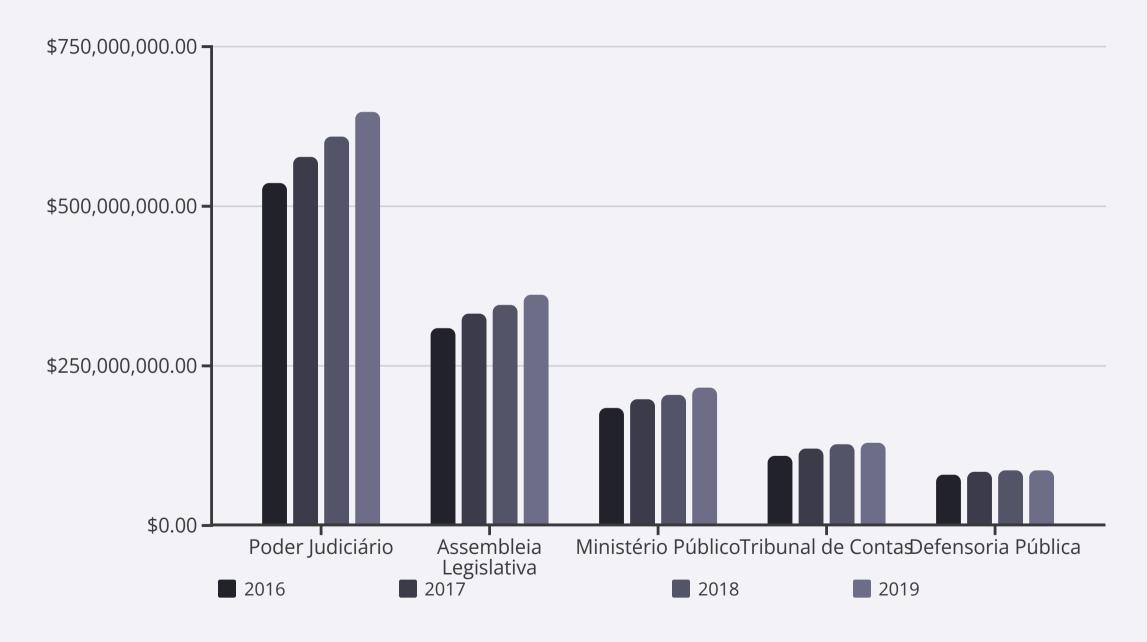
Análise Detalhada: 2008-2011



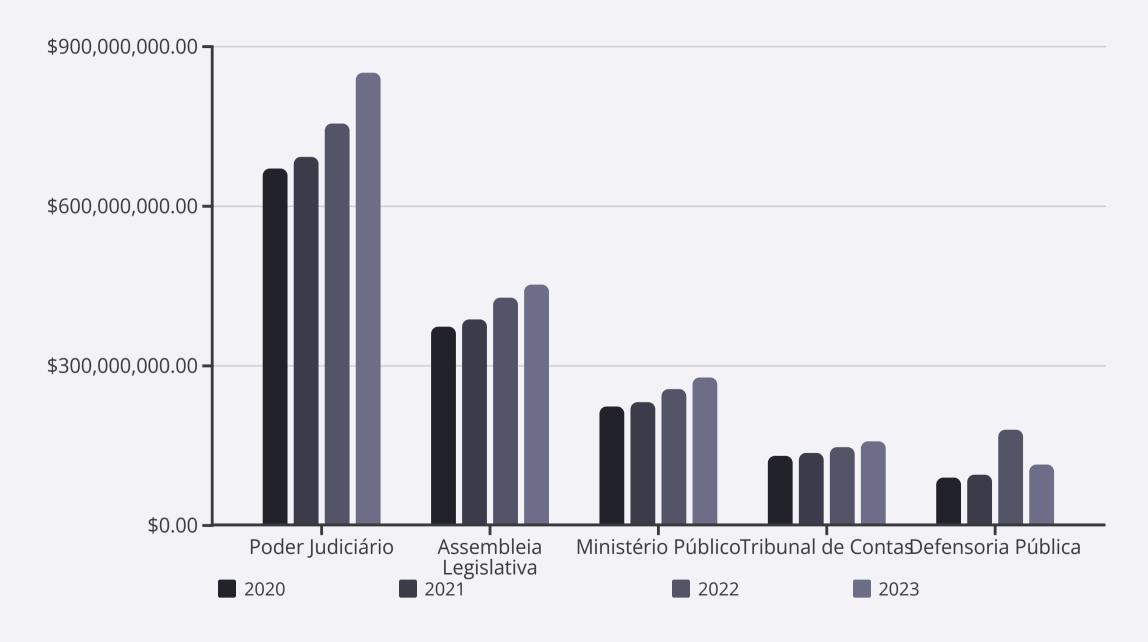
Análise Detalhada: 2012-2015



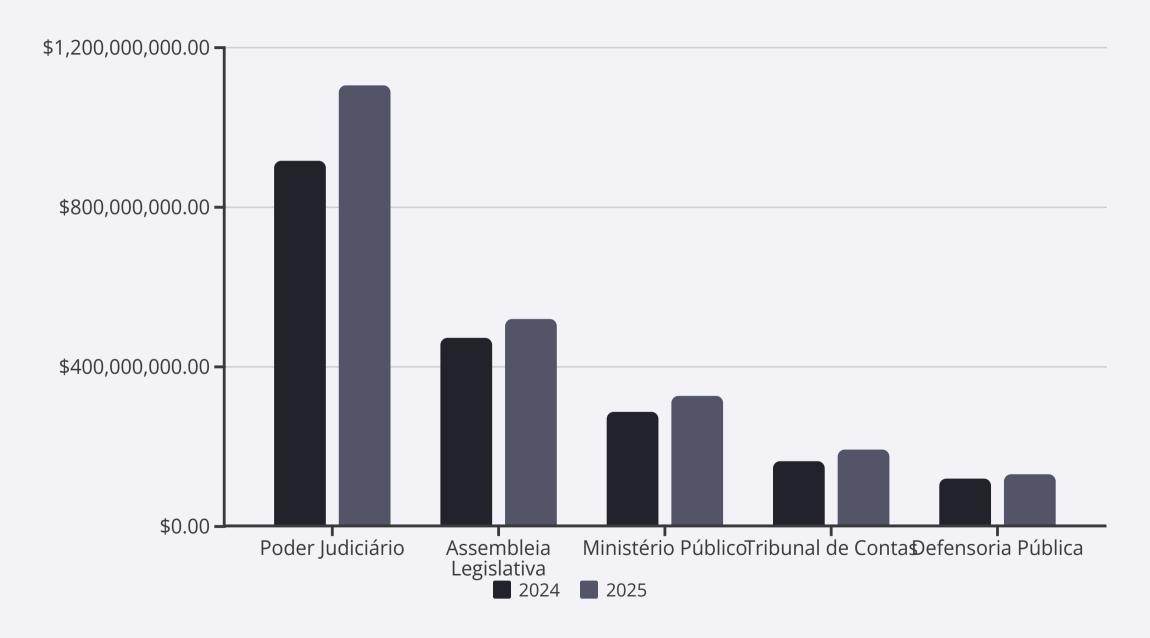
Análise Detalhada: 2016-2019



Análise Detalhada: 2020-2023



Análise Detalhada: 2024-2025



Análise do Ministério Público em Relação ao Judiciário

2008-2015

Fortalecimento gradual (de 31,6% para 34,3% do orçamento do Judiciário)

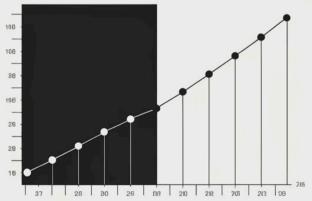
2015-2021

Estabilidade em torno de 33-34% do orçamento do Judiciário

3 --- 2021-2025

Enfraquecimento consistente (de 33,4% para 29,4% do orçamento do Judiciário)







Análise do Ministério Público em Relação à Assembleia Legislativa do PI

2008-2015

Fortalecimento expressivo (de 45,5% para 59,3% do orçamento da Assembleia)

2015-2022

Estabilidade em torno de 59-60% do orçamento da Assembleia

3 2022-2025

Fortalecimento adicional (de 59,6% para 62,7% do orçamento da Assembleia)

Análise do Ministério Público em Relação à Defensoria Pública do PI

2008-2010

1

Redução drástica da disparidade (de 503% para 242% do orçamento da Defensoria)

2010-2021

2

Relativa estabilidade em torno de 240-275% do orçamento da Defensoria

2021-2022

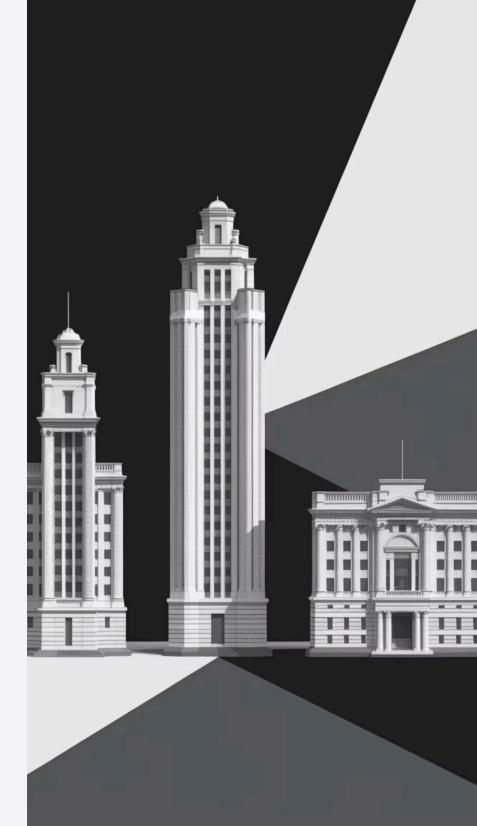
3

Queda expressiva para 142,5% do orçamento da Defensoria (ano atípico)

2022-2025

4

Retorno ao patamar histórico de aproximadamente 250% do orçamento da Defensoria



Crescimento em Valores Absolutos (2008-2025)



Crescimento Percentual (2008-2025)

Defensoria Pública

Crescimento de 970% - de R\$ 12,11 milhões para R\$ 129,54 milhões

Poder Judiciário

Crescimento de 473% - de R\$ 193,01 milhões para R\$ 1.105,66 milhões

Ministério Público

Crescimento de 433% - de R\$ 60,91 milhões para R\$ 324,66 milhões

Tribunal de Contas

Crescimento de 396% - de R\$ 38,42 milhões para R\$ 190,75 milhões

Assembleia Legislativa

Crescimento de 287% - de R\$ 133,90 milhões para R\$ 517,99 milhões



Observações Importantes sobre o Crescimento

Defensoria: Maior Crescimento Percentual

A Defensoria Pública apresentou o maior crescimento percentual (970%), mas o menor crescimento absoluto (R\$ 117,43 milhões), refletindo sua base inicial menor.

[O] Judiciário: Maior Crescimento Absoluto

O Poder Judiciário teve o maior crescimento em números absolutos (R\$ 912,65 milhões), mais do que o dobro do segundo colocado.

Concentração de Recursos

O crescimento absoluto do Poder Judiciário foi maior que a soma dos crescimentos da Defensoria, TCE e Ministério Público juntos.

Considerações Finais

Hierarquia Consistente

Ao longo de 18 anos e diferentes administrações, a hierarquia orçamentária manteve-se praticamente inalterada, com o Poder Judiciário sempre recebendo a maior fatia.

Evolução da Defensoria

Houve uma melhora significativa na situação da Defensoria Pública entre 2008-2010 e um salto expressivo em 2022, mas com retrocessos em anos posteriores.

Disparidades Persistentes

Apesar dos avanços na equidade da distribuição orçamentária, persistem disparidades significativas que podem impactar o acesso à justiça para a população mais vulnerável.

Estrutura Institucional Consolidada

O padrão de distribuição orçamentária reflete prioridades estaduais consistentes ao longo de diferentes gestões governamentais, sugerindo uma estrutura institucional consolidada.